



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

FORTALEZA, CE, 10 DE MARÇO DE 2002

Eu queria tão somente agradecer a presença de todos e dizer que, na verdade, o nosso diálogo foi convergente. Os problemas estão postos e, curiosamente, sob a mesma perspectiva, tanto na Europa quanto na América Latina. Chamamos a atenção para diferentes aspectos, mas todos sublinharam, primeiro, que a liberdade é fundamental; segundo, que é preciso reforçar a democracia; terceiro, que ela não se limita aos partidos e que esses precisam de alguma injeção de ânimo novo; quarto, que a questão fundamental é de combater a pobreza.

Para finalizar, quero dizer o seguinte: nos países da América Latina os níveis de pobreza não diminuíram nos regimes não-democráticos. Pelo contrário. Durante os regimes democráticos, mais lentamente ou mais depressa, os níveis de pobreza diminuíram. Esse é um fato fundamental para que não se tenha a impressão de que as demandas são tantas que não é possível fazer frente a elas. Não é o que eu penso. Compartilho do otimismo do Presidente Patrício Alwyn, de que nós somos capazes de, na democracia, construir políticas sociais adequadas mantendo o equilíbrio econômico. Como queria bem o Presidente do

Peru, Alejandro Toledo, não é possível que o equilíbrio econômico se faça em detrimento da política social.

Os dados no Brasil são muito interessantes. Se nós tomarmos as décadas de 80 e de 90, início do regime democrático, todos os indicadores sociais – salvo um que eu já digo qual – seguem, sem ziguezague, uma linha contínua ascendente. Educação, saúde, formas de assistência social. Todos. Os econômicos, não. Os econômicos têm altas e baixas. E, por consequência, o dado social mais preocupante é o do emprego, porque esse cai quando há o arrefecimento da economia. Mas os dados sociais não. Aqui se verifica um processo contínuo de acesso a serviços básicos: educação e saúde.

Hoje, no Brasil, 97% das crianças estão nas escolas. Noventa e sete por cento das crianças querem dizer 35 ou 36 milhões de crianças nas escolas. Todas elas, todos os dias, recebem pelo menos um prato de comida, num programa conjunto: estadual, municipal e federal. Talvez seja o maior programa nutricionista do mundo.

E agora se criou um programa chamado Bolsa-Escola, que dificilmente seria criado fora de um regime democrático. Por quê? Para começar porque a origem desse programa é pluripartidária. Começou numa cidade do Brasil, em Campinas, cujo prefeito era do PSDB. Teve ímpeto em Brasília, cujo Governador era do PT. Houve discussão no Senado, no Congresso Nacional com deputados de vários partidos. E foi assumida pelo Governo Federal. Nós, até o fim deste ano, teremos 11 milhões de crianças recebendo a Bolsa-Escola. Bolsa-Escola quer dizer o seguinte: a mãe de família recebe uma pequena ajuda sob a condição de que a criança frequente 85% das aulas. A mãe. E como recebe essa ajuda? Também só na democracia, sem intermediação política qualquer através de um mecanismo direto de um cartão magnético, em qualquer agência da Caixa Econômica Federal, qualquer posto dos Correios. Ela recebe automaticamente essa ajuda, desde que esteja qualificada num certo nível de renda pelas Prefeituras. Sem intermediação, sem clientelismo, sem favoritismo. Só na democracia é possível isso.

Aliás, proponho ao Presidente do BID que se generalize esse sistema de Bolsa-Escola, com algum apoio do BID para todos os países da Améri-

ca Latina. Já existem cálculos que mostram que, com uma quantia não muito alta, é possível atender a todas as crianças da América Latina. O Brasil é metade de América Latina, está atendendo por conta própria.

Então, o resumo do que nós expusemos aqui é que a liberdade é fundamental, a democracia não se restringe à institucionalidade partidária e eleitoral, que também é fundamental mas se estende à sociedade, requer um Estado mais ágil e mais competente. E é possível, sim, dentro da democracia, levar políticas sociais que diminuam o nível de pobreza. No nosso caso, esse nível baixou de cerca de 40% a 30%. É muito alto ainda. Por isso, a demanda é sempre muito grande, demais, mas está baixando, não está aumentando.

Outra coisa é a igualdade, que é diferente da questão da pobreza. O bom é quando, na sociedade, o seu piso sobe e diminuem as diferenças entre as camadas. Mas quando se está na situação da América Latina, a questão fundamental é subir o piso. E é preciso que todos entendamos que a questão da riqueza tem que ser pensada nos termos modernos. E fez muito bem o Presidente Noboa, colocando a questão da Internet e do acesso aos computadores, porque é preciso pensar em termos de agregação de valor. Quando se agrega valor é possível repartir mais facilmente. Quando não se tem idéia de que a riqueza é uma agregação de valor, quando se pensa que é um bem fixo para ser distribuído, é uma tremenda luta para distribuir, de tal maneira que não atende a ninguém, porque é pouco para todos.

E se a sociedade não for demandante e, ao mesmo tempo, competente, ela não agrega valor. Se não agregar valor, a questão da igualdade não terá saída e não terá saída, menos ainda, a questão da elevação do piso.

Por isso, concluo como havia começado: acabou a época de pensar em formas separadas o econômico, o social, o político, a liberdade, a igualdade, as demandas. Ou nós temos a capacidade de ver esse conjunto, e com fé, como disse o Presidente Patrício Alwyn, com fé na democracia, na liberdade, no povo, avançarmos juntos, ou não se fará o que é necessário.

Mas como somos homens de fé e de compromisso numa luta contra a pobreza, vamos, sim, com a democracia, diminuir os nossos níveis de pobreza e a desigualdade.